



Senadores da oposição se comprometeram com governistas a dar quórum na sessão de hoje e votar matérias da pauta

Mauro Meniz

Falta acordo, mas votações serão retomadas às 9h

A falta de acordo sobre o Fundo Soberano (mecanismo para financiar operações de empresas brasileiras no exterior) causou a suspensão da sessão deliberativa de ontem à noite. A votação de medidas provisórias deve ser retomada às 9h de hoje. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.947 – Brasília, quarta-feira, 17 de dezembro de 2008

CMO corta R\$ 8,5 bi dos gastos com custeio

Medida, que atinge a manutenção da máquina administrativa, consta do relatório geral do Orçamento para 2009, aprovado pela comissão. Até as 23h de ontem, votação dos destaques não havia começado. **4 e 5**



Delcídio Amaral (ao centro) discute com Serys e Valter Pinheiro (à direita, sentado) mudanças na proposta orçamentária

Leopoldo Silva



José Jorge (E), ao lado de Crivella, é cumprimentado por João Claudino

Genádio Alagôlo

Plenário aprova nome de José Jorge para o TCU

Ex-senador recebeu 41 votos, contra 34 dados ao senador Leomar Quintanilha, que também concorreu ao cargo na corte de contas. Ele ocupará a vaga de Guilherme Palmeira. **3**

Mais facilidades para estados e municípios

Com o objetivo de facilitar as operações de empréstimos para estados e municípios, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de resolução que restringe a análise de adimplência à administração direta – excluindo da avaliação a administração indireta. **7**

Presidente e ex-presidentes do BC debatem autonomia

O senador Antonio Carlos Júnior avaliou que foram esclarecidas todas as dúvidas sobre os projetos de autonomia do Banco Central, discutidos em audiência na Comissão de Justiça com o presidente da instituição, Henrique Meirelles. Também foram

ouvidos os ex-presidentes do BC Armínio Fraga e Gustavo Loyola, além do ex-ministro Mailson da Nóbrega. Meirelles evitou fazer juízo de valor sobre os projetos. Já o senador defendeu a normatização da autonomia, como forma de garanti-la. **6**

Estatuto dos Museus é aprovado por comissão

A Comissão de Educação aprovou projeto que institui o Estatuto dos Museus. A proposta, que define uma política para o setor, será examinada pelo Plenário. **2**



Mailson da Nóbrega (E), Henrique Meirelles, Marco Maciel e Armínio Fraga

Jonas Pereira

Promoção da cidadania e preservação do patrimônio cultural e ambiental estão entre os princípios fundamentais dos museus, segundo projeto aprovado pela CE

Estatuto dos Museus vai à deliberação do Plenário

O PROJETO DE Estatuto dos Museus foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com base em parecer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). De iniciativa da Câmara dos Deputados, a proposta define uma política pública para o setor e será agora examinada pelo Plenário em regime de urgência, atendendo a um pedido da relatora.

– Este projeto foi tema de audiência pública na nossa comissão, onde se realizou um excelente debate, e estabelece as diretrizes para um setor tão importante para a preservação da cultura do nosso país – disse Ideli, que incluiu no parecer apenas uma emenda de redação, oferecida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Entre os princípios fundamentais dos museus, o projeto (PLC 115/08) inclui a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania e a preservação do



Atuação de Cristovam à frente da CE recebe elogios na última reunião por ele presidida

patrimônio cultural e ambiental. Essas instituições, ainda segundo a proposta, poderão estimular a constituição de associações de amigos, como forma de atrair a colaboração da sociedade. E serão obrigados a garantir a conservação e a segurança de seus acervos.

– Trata-se de um projeto fundamental, cuja aprovação merecia todas as pompas – elogiou Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, ao informar que a reunião de ontem foi a última do biênio em que esteve à frente da comissão.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) registrou a realização de reunião de secretários estaduais de Cultura em Salvador, na semana passada, onde ocorreu um debate sobre projeto.

A CE aprovou também substitutivo da Câmara ao PLS 56/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que cria o Dia da Amizade Brasil-Israel, a ser celebrado em 29 de novembro.

Ao final da reunião, Marisa Serrano e Flávio Arns (PT-PR) enaltecaram a conduta de Cristovam à frente da comissão, ao longo desses dois anos.

Novo acordo aperta cerco a pedófilos na internet

As prestadoras de serviços de telecomunicações, de provimento de acesso e de conteúdo na rede mundial devem assinar hoje termo de cooperação com a CPI da Pedofilia, o Ministério Público, a Polícia Federal, o Comitê Gestor da Internet e a Safenet Brasil. O acordo visa facilitar o acesso das autoridades judiciais e policiais a dados sobre usuários da internet investigados pela prática da pedofilia.

O termo de cooperação é fruto de entendimentos construídos nos últimos quatro meses, a

partir de reuniões entre assessores da CPI e representantes das empresas. No documento, serão definidos procedimentos para a preservação de dados sobre usuários de internet, além da forma e os prazos de disponibilização, às autoridades, de informações sobre internautas que usam a rede para divulgar material pedófilo.

O acordo começou a se delinear em reunião da CPI no final de agosto, com representantes de empresas de telecomunicações e provedoras. No encontro,

Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, relatou dificuldades enfrentadas pelas autoridades para acesso a dados sobre usuários da internet, suspeitos de divulgar pornografia infantil pela rede. O termo de cooperação visa sanar tais problemas, a partir da padronização das formas de armazenamento das informações e da definição de prazos para fornecimento dos dados, quando solicitados pelas autoridades policiais.

Senado homenageia Eletrosul, que faz 40 anos

O Senado Federal comemorou ontem, em sessão especial, os 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. a serem completados no dia 23. Autora do requerimento da homenagem, Ideli Salvatti (PT-SC) explicou que seu objetivo foi resgatar o papel histórico da empresa, bem como a luta pela transformação da companhia em referência nacional e internacional.

Quando em 1968 surgiu a Eletrosul, foi “completado o sistema de grandes empresas da Eletrobrás”, garantindo a geração, o abastecimento e as linhas de transmissão do país como um todo, recordou Ideli.

A privatização de diversas empresas do setor elétrico redundou, disse a senadora, no apagão elétrico de 2001. Segundo lembrou Ideli, a recuperação do



Ideli afirma que a recuperação do setor elétrico começou no governo Lula, em 2003

setor elétrico começou em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou as diretrizes do setor elétrico brasileiro.

Por sua vez, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) destacou que a Eletrosul vem realizando pesquisas não só sobre o biodiesel, mas também sobre energia eólica e outras formas de energia alternativa.

Participaram ainda da homenagem o presidente da Eletrosul, Eurides Luiz Mescolotto; a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT); o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, representando o ministro Edison Lobão; e o presidente da Eletrobrás, José Antonio Moniz Lopes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Declaração dos Direitos Humanos

A sessão deliberativa convocada para as 9h deve ser interrompida às 11h pela sessão especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O dia do presidente do Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, preside às 9h sessão deliberativa em que devem ser votadas as medidas provisórias 443/08 e 444/08 e o projeto que cria o Fundo Soberano. Às 11h, preside a sessão em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Às 11h30, participa na sala de audiências da Presidência do Senado da premiação do 1º concurso de fotografia dos funcionários do Legislativo.

Regulamentação de clones de mamíferos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa às 8h45 proposta que regulamenta a pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Entre os 12 itens da pauta, sete projetos de decreto legislativo sobre autorização para rádio e televisão.

Na CCJ, novas regras do mandado de segurança

Em reunião às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute o relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) favorável ao projeto do Poder Executivo que aprimora as regras do mandado de segurança. A proposta reúne a legislação em uma única lei, incluindo as modificações constitucionais e as alterações legais realizadas ao longo dos últimos 65 anos.

Mudanças no Regimento Interno

A Comissão Temporária Interna para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal se reúne às 14h30 para debater propostas de revisão do Regimento da Casa.

CMA examina indicação para a Agência de Águas

Na primeira parte da reunião, às 10h, a Comissão do Meio Ambiente (CMA) vota a indicação de Paulo Lopes Varella Neto para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga de Oscar de Moraes Cordeiro. Em seguida, o colegiado analisa o projeto que obriga a comprovação de origem da madeira utilizada em obras e serviços financiados com recursos públicos.

Segurança alimentar e nutricional

Cinco propostas estão na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. O primeiro item é o substitutivo apresentado ao projeto sobre mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

CPI da Pedofilia firma acordo com provedores

A CPI da Pedofilia se reúne às 11h para a assinatura do termo de cooperação entre as prestadoras de serviços de telecomunicações, de provimento de acesso à internet e de serviços de conteúdo, a CPI, o Ministério Público, o Departamento de Polícia Federal, o Comitê Gestor da Internet e a Safenet Brasil.

Lançamento do Portal LexML no auditório do Interlegis

Às 9h30, no auditório do Interlegis, será lançado o Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica, com dados do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara. Às 10h30, na Via N2, Unidade de Apoio 6, está previsto o descerramento de placa que dá o nome de Edifício Antônio Farias ao prédio da Secretaria de Telecomunicações.

CMO poderá ter novas votações sobre Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá promover novas reuniões deliberativas hoje para discussão e votação de emendas ao relatório final do projeto de lei orçamentária de 2009.

Biodiesel na matriz energética do país

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa às 16h, entre outras matérias, projeto sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas.

Garibaldi afirma que Sarney está decidido a apoiá-lo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, afirmou na manhã de ontem que, na hora que o senador José Sarney (PMDB-AP) quiser, está pronto para abrir mão da candidatura a presidente da Casa, no período de 2009 a 2011, para apoiá-lo. Mas, por enquanto, conta com o fato de que Sarney está com ele. A afirmação foi feita em entrevista no Salão Branco do Congresso, quando os jornalistas o abordaram para saber sobre seu pleito para continuar presidindo a Casa nos próximos dois anos.

– Na hora que ele [Sarney] quiser ser candidato, ele será o candidato, não tenhamos a menor dúvida. Agora, está se afunilando o processo. Ele continua dizendo que não será candidato, o partido optou pela candidatura própria, daí porque estou levando o meu nome para que tudo isso seja decidido amanhã [hoje, em reunião marcada pela liderança do PMDB]. Ele está decidido a me apoiar. Mas se amanhã [hoje] ele disser que é candidato, eu deixarei de ser pré-candidato para apoiar a candidatura dele.

“O senhor teme que o PMDB use sua candidatura para isolar Tião Viana [o candidato do PT já em campanha para presidir o Senado] e ganhar tempo para preparar Sarney para ser candidato?”, questionou um jornalista.

– Eu não sou bucha de canhão, não sou instrumento de ninguém. Eleição não é brincadeira. Não vejo ninguém no partido querendo conduzir isso dessa maneira. Eu acredito nos companheiros do partido, na liderança do partido, acredito que todos estão levando tudo isso a sério – respondeu o presidente do Senado.

Questionado sobre a idéia da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) de contestar na Justiça sua candidatura, ele respondeu que esse é um direito dela, embora não entenda em que rito processual esse recurso possa ser acionado.

Na noite de segunda-feira, quando recebeu repórteres, fotógrafos e assessores de imprensa para um jantar de confraternização na residência oficial da Presidência do Senado, Garibaldi disse considerar frágeis as objeções apresentadas até agora a seu propósito de disputar o comando da Casa para o período de 2009 a 2011.

Gratificação

Garibaldi foi indagado ainda a respeito de matéria publicada na edição de ontem do *Correio Braziliense*, sobre ato administrativo que a Mesa do Senado assinaria para aumentar a gratificação de quem detém cargo de chefia.

– Não estou sabendo disso, isso não vai ser votado. Isso não vai ser apreciado agora nesse clima de fim de legislatura. Não dá para apreciar nenhum projeto, nenhuma coisa que exija um estudo de profundidade, assim. Ficou para 2009 – ressaltou o senador.

Cerimônia de posse da senadora Kátia Abreu na presidência da Confederação Nacional da Agricultura e falta de acordo entre governo e oposição esvaziaram sessão de ontem

Ordem do dia é suspensa e votações recomeçam hoje

APESAR DE OS líderes partidários terem decidido em reunião na manhã de ontem votar as medidas provisórias (MPs) 443/08 e 444/08 e o projeto que cria o Fundo Soberano, a sessão plenária acabou sendo suspensa à noite, com previsão de reinício às 9h de hoje, já para discutir a primeira MP que tranca a pauta. Somente a indicação do ex-senador José Jorge para ocupar vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovada.

Dois motivos contribuíram para o esvaziamento e consequente suspensão da sessão: a posse da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) na presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a falta de acordo entre governo e oposição sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 164/08) que cria o Fundo Soberano.

– Eu queria deixar isso claro: a votação não parou apenas para os senadores irem a uma festa, a uma posse – explicou o senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Outro problema que pode dificultar o mais recente acordo dos líderes partidários – iniciar a votação da pauta na manhã de hoje e seguir madrugada adentro, se necessário – é a realização de uma sessão especial do Senado, marcada para as 11h, em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, requerida pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA).

Discutiu-se a transferência da sessão para o Auditório Petrônio Portela, mas o acordo que prevaleceu foi a interrupção da ordem do dia às 11h, para realização da sessão especial de homenagem.

Realizada a homenagem, deverá ser votado em seguida o relatório final do Orçamento de 2009, em sessão do Congresso Nacional, prevista para as 12h, no Plenário da Câmara. Só en-

Kátia quer livrar produtor da imagem de atraso

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, compareceu na noite de ontem à posse da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) na presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que contou com a presença de outros senadores como José Agripino (DEM-RN), Romero Jucá (PMDB-RR), Marco Maciel (DEM-PE), Augusto Botelho (PT-RR) e Jayme Campos (DEM-MT).

Kátia Abreu afirmou em seu discurso que em sua gestão vai se empenhar para mudar a imagem negativa, “de atraso”, que a sociedade ainda tem dos produtores rurais – vistos por muitos, segundo ela, como dependentes do governo e sistemáticos descumpridores da legislação trabalhista.

Por outro lado, ela chamou



Na sessão de ontem, governo e oposição discordaram sobre Fundo Soberano

tão será retomada a pauta de votações do Senado.

Muitos parlamentares, como o senador Valter Pereira (PMDB-MS), criticaram o que chamaram de “excesso de homenagens”. Ele afirmou inclusive que a duração excessiva das homenagens em Plenário, prejudicando a deliberação de matérias, fere o Regimento Interno.

Ontem, apesar de haver acordo para votar desde cedo as matérias da pauta, duas sessões de homenagem acabaram interferindo: a que comemorou os 40 anos da Eletrosul e a que rendeu tributo ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) pela passagem

do aniversário de seus 25 anos de fundação.

O senador José Nery, por outro lado, defendeu as sessões de homenagem, mas, ao mesmo tempo, a manutenção dos acordos de líderes para as votações.

Pesar

Dois requerimentos de pesar foram apresentados durante o debate. O primeiro, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), lamentando a morte, em um acidente fluvial, do prefeito eleito de Tonantis, Fábio Cabral. O outro, apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lamentou o assassinato do médico Salvador Nahmias.



Garibaldi (4º à dir.), senadores e autoridades prestigiaram solenidade de posse

a atenção para a necessidade de o Estado dar maior apoio ao setor agrícola, lembrando que o agronegócio brasileiro representa 24% produto interno bruto (PIB), emprega 37% da força de trabalho e gera 36%

das exportações do país.

Garibaldi elogiou Kátia Abreu e pediu a ela que presida a CNA não só tendo em mente a agricultura do Centro-Oeste, mas também a do Norte e, especialmente, a do Nordeste.

Senado indica José Jorge para ministro do TCU

Os senadores aprovaram ontem a indicação do ex-senador José Jorge para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele ocupará a vaga do ministro aposentado e ex-senador Guilherme Palmeira. Foram 41 votos para José Jorge, 34 para o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), com quem José Jorge disputou a indicação, e um voto nulo.

Como senador, José Jorge foi relator da reforma do Poder Judiciário. Ele foi também ministro de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso e atualmente é diretor-presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB). A indicação segue para análise da Câmara dos Deputados.

José Jorge nasceu no Recife (PE) em 1944. É formado em Engenharia Mecânica e Economia, mestre em Ciências e tem pós-graduação em Estatística pela Universidade de Madrid (Espanha). Já foi professor, deputado federal, presidente e vice-presidente do então PFL (hoje DEM), secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, e candidato a vice-presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin nas eleições de 2006, entre outros cargos.

Ao saudar a vitória de José Jorge, Leomar Quintanilha classificou a disputa de democrática e desejou “sucesso e êxito” para o indicado. Vários outros senadores também elogiaram o caráter democrático da disputa e desejaram boa sorte a José Jorge, além de destacarem as qualidades de Quintanilha.

ADELMIR PERMANECE NO CONSELHO DO SEBRAE

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), comunicou ontem ao Plenário a recondução de Adelmir Santana (DEM-DF) à presidência do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O senador foi eleito na segunda-feira para exercer, por mais dois anos, o cargo que já ocupava desde 2007.

PR ANUNCIA APOIO À CANDIDATURA DE VIANA

O líder do PR, senador João Ribeiro (TO), anunciou ontem o apoio de seu partido à candidatura do senador Tião Viana (PT-AC) à Presidência do Senado. Nos últimos dias, o PDT, o PSB e o PRB também tinham anunciado seu apoio ao candidato do PT.

Em reunião da bancada o PMDB decidiu também apresentar candidato à Presidência da Casa. O atual presidente, senador Garibaldi Alves Filho, manifestou interesse em disputar o cargo e deverá apresentar seu nome à bancada em reunião marcada para a tarde de hoje.

Valadares: Brasil enfrenta crise com competência

O Brasil está enfrentando essa crise internacional com muita competência e muita calma, e o presidente da República tem injetado muito otimismo na comunidade com relação ao desenrolar desse problema”, opinou ontem Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para o senador, o otimismo e as várias medidas anunciadas por Lula são importantes nesse momento de incertezas, expectativas e desemprego.

Valadares destacou ainda a importância do Brasil no cenário energético, observando que é “o momento de pensarmos naquilo que é fundamental: enfrentar a crise e não fazer gasto exorbitante com usinas nucleares”.



Antônio Carlos Valadares

Ideli destaca crescimento e avaliação positiva de Lula

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou o crescimento de 6,8% do produto interno bruto (PIB) do Brasil no terceiro trimestre do ano. A senadora também saudou o resultado de pesquisa do Ibope mostrando que 73% dos entrevistados avaliaram o governo do presidente Lula como bom ou ótimo.

– É um governo que comanda este país com a visão do projeto político do PT, voltado ao crescimento com distribuição de renda – frisou.

Para ela, o crescimento do PIB reflete investimentos realizados pelos diversos setores da economia, o que pode ser verificado pela evolução da importação de máquinas e equipamentos e pelo crescimento da produção nacional desses itens.



Ideli Salvatti

José Nery adverte sobre proposta de Roger Agnelli

José Nery (PSOL-PA) cobrou ontem posicionamento do presidente Lula sobre proposta que teria sido apresentada a ele pelo presidente da mineradora Vale, Roger Agnelli, de flexibilizar a legislação trabalhista em razão da crise financeira mundial. A proposta foi divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* do último fim de semana.

– Se o presidente silenciou diante das propostas apresentadas pelo presidente da Vale, é bom todos ficarmos preocupados. Devemos cerrar fileiras na defesa dos direitos inscritos na Carta Magna e exigir que o presidente da República se posicione diante das propostas do senhor Roger Agnelli. O silêncio pode significar apoio e, ao tomar posse, Lula jurou respeitar a Constituição – alertou Nery.



José Nery

Mozarildo diz que “palavrórios” não resolvem crise

O país vive uma de suas piores crises e o momento não deve ser enfrentado apenas com *marketing* e “palavrórios” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alertou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador cobrou maior empenho do governo para debelar os efeitos da crise, que, observou, já está provocando demissões.

Mozarildo também protestou contra a medida provisória (MP 443/08) que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação em instituições financeiras.

– Ao invés de o presidente Lula adquirir bancos quebrados, deveria canalizar recursos para melhorar a vida de grande parcela da população que passa por dificuldades.



Mozarildo Cavalcanti



Romero Jucá

Benefício para áreas de livre comércio em RR

Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu ao presidente Lula o envio ao Congresso da Medida Provisória 451/08, que, segundo

explicou, trata de vários dispositivos tributários que precisam ser aprovados ainda este ano para começarem a ter validade em 2009. O senador citou, em especial, a fixação

de alíquota zero para os impostos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) cobrados sobre os produtos fabricados na área de livre comércio de seu estado, nos municípios de Boa Vista e Bonfim. – Isso vai deixar meu estado em condições de igualdade com a Zona Franca de Manaus.

Jucá também anunciou que em 28 de janeiro será assinada a transferência oficial das terras da União para o estado de Roraima, legalizando, conforme disse, a titulação da área do estado.

O senador informou ainda que, em reunião com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o presidente Lula acertou uma série de obras “extremamente promissoras” para remover empecilhos ao desenvolvimento de Roraima.

CMO aprova corte de R\$ 8,5 bilhões em despesas de custeio

A medida afeta os gastos com a manutenção da máquina administrativa. No relatório final do projeto orçamentário aprovado ontem, os investimentos programados para 2009 terão acréscimo de R\$ 9,3 bilhões, por conta das emendas individuais e coletivas

O RELATÓRIO FINAL do projeto do Orçamento de 2009, que teve seu texto básico aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevê corte de R\$ 8,5 bilhões nas despesas de custeio. Esse item de dispêndio, que envolve gastos com a manutenção da máquina administrativa, foi o mais afetado pelos ajustes feitos pelo relator-geral, senador Delcídio Amaral (PT-MS). As modificações vão compensar a perda de receita decorrente da esperada desaceleração da economia no próximo ano.

Foram apresentados ao projeto 249 destaques, que podem inclusive restabelecer os valores dos recursos destinados a determinados órgãos. Mas, até as 23h de ontem, a comissão ainda os discutia, e não havia iniciado a sua votação.

Sobre os investimentos programados pelo governo, os cortes ficaram em R\$ 1,2 bilhão. No entanto, mesmo após o ajuste, os valores previstos no substitutivo de Delcídio são maiores do que os projetados na proposta que chegou ao Congresso. O acréscimo,

de R\$ 9,3 bilhões, eleva a estimativa global para R\$ 47,2 bilhões. O ganho reflete as indicações de gastos por meio das emendas individuais e coletivas, normalmente dirigidas para investimento.

Os cortes vão incidir ainda em despesas de pessoal e encargos, com redução de R\$ 402,6 milhões em dotações para novas contratações pelo Executivo em 2009. O relator também reduziu em R\$ 819 milhões a previsão de despesas com juros.

Delcídio destacou que foram preservadas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), em vista da centralidade desses projetos na “política anticíclica” que o governo vem adotando para proteger a economia brasileira dos efeitos da crise. Nos demais investimentos, o senador disse que os cortes foram seletivos, incluindo, sobretudo, programações que, em 2008, tiveram empenhos (comprometimento para execução) inferiores a 50% em relação aos valores autorizados.

Mudança de cenário

No relatório, Delcídio Amaral afirma que os parâmetros que orientaram a elaboração do projeto orçamentário baseavam-se em cenário otimista, que se modificou à medida que se tornaram mais claros os impactos da desaceleração da economia mundial sobre a atividade interna. Assim, a proposta orçamentária, que chegou ao Congresso com gastos globais de R\$ 1,664 trilhão, foi ajustada para R\$ 1,658 trilhão.

Do lado da receita, ressaltou o relator, foi feita redução inédita, com corte de R\$ 6 bilhões na previsão da arrecadação para o ano que vem. A perda será de R\$ 3,3 bilhões para os estados e municípios em transferências obrigatórias. O ajuste líquido chegou a R\$ 2,7 bilhões, em redução global efetiva nos gastos.

Com relação à primeira reestimativa, aprovada pela CMO em novembro, quando a arrecadação foi ampliada em R\$ 9,2 bilhões, a perda bruta corresponde a R\$ 15,34 bilhões. Isso significa um ajuste líquido de R\$ R\$ 10,6

bilhões, valor que permite acomodar as emendas coletivas e despesas por indicação do relator-geral.

Agricultura

Como havia prometido, Delcídio recomenda uma dotação adicional de R\$ 1,5 bilhão para manutenção da política de preços mínimos no setor agrícola, praticamente duplicando a dotação inicial. O relator também destina R\$ 1,3 bilhão para estados e municípios exportadores, para compensar perda de arrecadação decorrente da Lei Kandir. Ele também reservou R\$ 150 milhões para ações de irrigação no Centro-Oeste, corrigindo diferença em relação ao que se calcula para o cumprimento de regra constitucional sobre distribuição regional de recursos para irrigação.

Outra indicação do relator prevê uma reserva de R\$ 94 milhões, em renúncia de receita, para garantir a execução de projetos originários do Legislativo que venham a ser aprovados no exercício e envolvam a concessão de benefícios fiscais. A me-

didia havia sido sugerida pelo relator de Receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA).

Participação popular

Conforme previsto em adendo ao relatório preliminar, Delcídio destinou R\$ 193 milhões para atender a propostas originárias de participação popular, para compensar bancadas dos estados correspondentes que tiveram emendas consideradas inadmitidas.

O relator informou que, para garantir uma maior participação, a CMO ampliou o número de audiências regionais e colheu propostas também pela internet, o que resultou em 798 sugestões de despesas. Para maior efetividade desse processo, segundo o senador, o parecer preliminar previu que pelo menos uma das emendas das bancadas estaduais fosse oriunda das sugestões. Ele observou, porém, que o resultado ficou acima das expectativas, já que 458 emendas de bancada apresentaram correspondência com as emendas coletivas e individuais acolhidas.

Relatório de Delcídio restringe a abertura de crédito suplementar

O relatório final de Delcídio Amaral sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2009 reduziu as hipóteses de autorizações para abertura de créditos suplementares por decreto do Poder Executivo.

O substitutivo do senador, retificando a proposta original encaminhada ao Congresso pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, veda a abertura de créditos suplementares que provoque aumento do montante total da dotação autorizada para despesas primárias, salvo no caso do uso de excesso de arrecadação.

De acordo com Delcídio Amaral, essa restrição, que

atende a regra implícita no artigo 57, parágrafo 12, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009, é necessária para que o país possa ter um planejamento baseado na arrecadação do exercício.

O relator-geral observa que “o volume de recursos necessários à execução das ações governamentais não pode ser superior às disponibilidades geradas pela arrecadação”.

– Caso contrário, ficando as dotações autorizadas além das possibilidades financeiras, será necessário realizar contingenciamentos de parte das dotações autorizadas, circunstâncias em que o Poder Executivo definirá o que

executar e o que não executar – observa o senador em seu parecer final.

Nos casos de excesso de arrecadação, o texto autoriza a abertura de créditos que utilizem receitas vinculadas. Porém, prevê que a utilização de receitas do Tesouro seja submetida à apreciação do Congresso Nacional, mediante o envio de projeto de lei.

O substitutivo também não permite a abertura de créditos suplementares com base em valores não executados no exercício anterior, com vistas a não privilegiar a ineficiência do modelo atual de planejamento e administração financeira.



Delcídio Amaral (à esquerda, ao lado de Mendes Ribeiro Filho) é relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2009

GRANDES DESPESAS		
R\$ bilhões		
DESPESAS	PROJETO DE LEI	RELATÓRIO FINAL
Juros e Encargos da Dívida	127,0	126,3
Pessoal e Encargos Sociais	169,2	168,8
Outras Despesas Correntes	548,7	539,1
Investimentos	37,9	47,3
Inversões Financeiras	42,9	42,0
Amortização da Dívida	631,7	631,7
Reserva de Contingência	27,4	23,9
TOTAL (FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL)	1.585,0	1.578,9
Investimentos das Estatais	79,7	79,3
TOTAL GERAL (FISCAL/SEGURIDADE + ESTATAIS)	1.664,7	1.658,2

Osmar Dias para Lula: “Não está tudo certo”

“Presidente, não está tudo certo, pois as medidas que o senhor está anunciando não estão chegando, principalmente para quem precisa.” Esse foi o recado que Osmar Dias (PDT-PR) enviou ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador se referia à crise de produção e emprego, discutida segunda-feira, em reunião de empresários e trabalhadores, na Federação das Indústrias do Estado do Paraná. O objetivo foi formular sugestões ao Congresso contra a crise. Para Osmar Dias, as soluções passam pela reforma tributária, com redução de tributos e juros.

– Se não adotarmos medidas eficazes neste momento, o setor produtivo não vai produzir, vai reduzir sua atividade e assim reduzir também o dinheiro que gira a economia.



Osmar Dias

Jarbas Vasconcelos critica declaração do presidente

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que existe um movimento na sociedade que anseia pelo agravamento da crise, com o objetivo de atingir sua popularidade.

– Não acredito que exista um único brasileiro que esteja torcendo para que essa crise nos atinja mais gravemente.

Para o senador, Lula não mantém um discurso coerente ao tratar do tema e lembrou declarações anteriores do presidente, que classificou a crise como “marolinha”.

Jarbas Vasconcelos recordou que a oposição alertara para o fato de que o crescimento do país só se devia aos “ventos favoráveis” da economia mundial. E lamentou que o governo não tenha sabido “aproveitar a bonança”.



Jarbas Vasconcelos

Senado inaugura nova página para pesquisa legislativa

Os usuários do Portal do Senado terão à disposição, já na manhã de hoje, uma página exclusiva para pesquisar sobre a atividade legislativa da Casa. Nela poderão ser encontrados, entre outros conteúdos, os projetos e pareceres, em sua forma integral, as notas taquigráficas e os registros sonoros das sessões plenárias.

A nova página vai ser acessada exatamente da mesma forma que

a anterior, clicando-se no título “Atividade Legislativa” da coluna em azul, à esquerda da página de início do portal. A diferença é que o clique não levará aos subitens atuais e sim a um novo ambiente de pesquisa.

– Estamos dando um passo decisivo para a implantação do processo legislativo eletrônico, ao conferir mais transparência, acessibilidade e eficiência à pesquisa

legislativa – afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ao anunciar o lançamento da nova página.

Garibaldi destacou, entre as vantagens do novo sistema, a oferta de projetos e pareceres na íntegra, as facilidades para a localização das informações e a revisão das informações com o objetivo de eliminar inconsistências e erros.

Estão sendo oferecidas as ma-

térias que tramitaram ou estão tramitando no Senado no ano de 2008. Esse material poderá ser procurado dentro de um mecanismo de pesquisa rápida, localizado logo no início da nova página, ou clicando-se no título “Projetos e Matérias” para acessar um formulário mais completo de questões, semelhante ao da “Pesquisa Avançada” existente no sistema de busca anterior.

A página de pesquisa é um dos três novos serviços na área de informação eletrônica colocados à disposição do público neste fim de ano, ao lado do sistema de buscas LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica -, que reúne dados legais e jurídicos dos três Poderes, e do GeoSiga, um aplicativo do Siga Brasil, banco de dados com informações pormenorizadas sobre o Orçamento da União.



Alvaro Dias

Alvaro defende redução de juros e gastos

O governo deveria reduzir os juros, como forma de enfrentamento da crise financeira mundial e como condição para assegurar o crescimento da economia, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR). Para o senador, o pacote de redução de tributos proposto pelo Executivo não seria suficiente para fazer frente aos impactos da turbulência.

Alvaro também cobrou do governo um plano para reduzir gastos correntes.

– Isso é uma necessidade para enfrentar a crise. O modelo implantado por este governo tem sido o da irresponsabilidade e da ganância – criticou.

Para o senador, o momento ainda não permite uma visão clara sobre a crise, se será “passageira ou duradoura”. No entanto, ele recomendou responsabilidade e prudência.

– Não podemos ficar inertes. Precisamos encontrar mecanismos que resultem em medidas para evitar prejuízos para a economia e os brasileiros.

Alvaro Dias citou exemplos de problemas enfrentados por empresas paraenses dos setores metal-mecânico, de produção de papel e de avicultura, que estão sob o impacto da crise.

Relator de projetos sobre autonomia do Banco Central afirma que o tema deve ser normatizado. Já Meirelles se limita, em sua exposição, a detalhar situação atual

ACM Júnior diz que audiência deixou claro o papel do BC

O RELATOR DOS projetos que tratam da autonomia do Banco Central (BC), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), disse que dissipou todas as dúvidas remanescentes sobre a manutenção, na alçada do BC, das funções de regulação, normatização e fiscalização do sistema financeiro. O senador participou de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



ACM Júnior: atual autonomia pode ser retirada

para debater os projetos sobre a autonomia do BC (PLS 72 e 102, de 2007), que tramitam em conjunto. Ambas as propostas são de Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A audiência contou com a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; dos ex-presidentes da instituição Armínio Fraga e Gustavo Loyola; e do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Eles também comentaram, a pedido dos senadores, o projeto para criação do Fundo Soberano e da Medida Provisória 443/08, permitindo que Banco do Brasil

e Caixa Econômica Federal adquiram participação em outras instituições financeiras – ambos na pauta de Plenário de hoje. Antonio Carlos Júnior defendeu a normatização da autonomia do Banco Central. Argumentou que a autonomia de fato hoje exercida – por concessão do atual presidente da República e de seu antecessor – pode ser retirada, caso haja uma forte pressão.

Comparativo

Em sua exposição, Meirelles evitou fazer juízo de valor, se

atendo a detalhar a atual situação do BC e a comparar sua atuação com a de seus congêneres no mundo. Ele disse que existem três tipos de autonomia de bancos centrais: a de objetivo, na qual o próprio BC define seu objetivo primário, como a estabilidade de preços; a de meta, em que define, por exemplo, a meta para a inflação; e a de instrumento, ou seja, os meios para alcançar o objetivo e a meta traçados.

Henrique Meirelles trouxe uma lista de 30 bancos centrais, dos quais 25 são autônomos por determinação constitucional ou legal. Ele lembrou que o Tratado de Maastricht, que selou a constituição da União Européia em 1992, determinava como pré-condição para ingresso no bloco um banco central independente. O presidente do BC informou ainda que mais de 90% dos bancos citados têm diretores com mandatos iguais ou maiores que cinco anos.



Efraim discursa no evento que celebra o centenário de nascimento do escritor

Senado lança coletânea de artigos de Luiz Viana Filho

Em comemoração ao centenário do nascimento do ex-senador e ex-presidente do Senado Luiz Viana Filho, a Biblioteca do Senado, que leva seu nome, lançou na tarde de ontem o livro *Luiz Viana Filho – O jornalista*. O 1º secretário da Casa, Efraim Morais (DEM-PB), e Marco Maciel (DEM-PE) discursaram durante a solenidade.

Exatos 146 artigos escritos por Luiz Viana Filho, entre 1929 e 1990, e publicados, majoritariamente, no jornal *A Tarde*, de Salvador, compõem a coletânea, prefaciada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. O biógrafo e historiador João Justiniano da Fonseca organizou os textos com a colaboração do jornalista João Carlos Teixeira, do *Jornal do Senado*. Ambos estiveram presentes ao lançamento do livro.

Em discurso, Efraim ressaltou a carreira do político e jornalista e lembrou sua importância literária:

– A diversidade desses textos indica a mente fértil do parlamentar. Luiz Viana Filho foi um caso bem-sucedido de intelectual que se apaixonou pela política.

Pouco antes, Marco Maciel enalteceu o falecido colega e elogiara a iniciativa da Casa.

– O reconhecimento a Luiz

Viana Filho, com quem tive a honra de conviver, se estende especialmente a este ano [quando é comemorado o centenário de seu nascimento]. Com este livro, o Senado mostra compromisso para com as gerações futuras.

Na ocasião, foram lançados ainda um selo personalizado e um carimbo comemorativo dos cem anos de nascimento do patrono da Biblioteca do Senado. Também participaram da cerimônia a chefe do Departamento de Filatelia e Produtos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Maria de Lourdes Torres de Almeida Fonseca; o filho do homenageado, Luiz Viana Neto; e o diretor-geral do jornal *A Tarde*, Edvaldo Boaventura.

Luiz Viana Filho nasceu em Paris, na França, em 28 de março de 1908, mas foi registrado em Salvador. Cumprindo seis mandatos de deputado federal, foi ministro da Casa Civil e governador da Bahia. De 1978 a 1980, foi presidente do Senado Federal.

Paralelamente, Viana Filho dedicou-se às letras e foi professor, jornalista e escritor. Considerado o “príncipe dos biografos brasileiros”, escreveu, entre outras, biografias de Machado de Assis, Rui Barbosa, Rio Branco e Eça de Queiroz.



Mailson da Nóbrega (E), Marco Maciel, Armínio Fraga e Gustavo Loyola participam de audiência na CCJ

Brasil tem requisitos para autonomia, diz Mailson

O ex-ministro Mailson da Nóbrega afirmou que o Brasil tem hoje os requisitos para autonomia operacional do Banco Central, citando a democracia fortalecida, instituições econômicas fortes e a aversão da sociedade à inflação alta. Disse ainda, em audiência na Comissão de Justiça, que o BC já desfruta hoje de uma autonomia de fato, necessitando apenas de mandato para seus diretores. Mailson também sugeriu a extinção do Conselho Monetário Nacional.

Armínio Fraga elogiou a parte do texto substitutivo apresentado por Antonio Carlos Júnior que

preserva a natureza microeconômica da fiscalização e a natureza macroeconômica da supervisão do sistema financeiro nas mãos do BC. Segundo ele, é a melhor forma de se manter a solvência do sistema e se prevenir.

Gustavo Loyola chamou a atenção para a necessidade de mecanismos de coordenação das ações do Banco Central com o governo. Ele defendeu alterações no projeto para deixar mais clara a questão das reservas internacionais do Brasil, administradas pelo Banco Central. Ele indaga se as reservas são do BC ou da União.

João Tenório (PSDB-AL) afirmou que, se por um lado, a autonomia do BC garante a estabilidade da moeda, por outro, o atual governo “se sente à vontade para continuar gastando mal o dinheiro do contribuinte”.

Os três expositores manifestaram-se contrários à aprovação do Fundo Soberano, uma vez que o país não tem superávit fiscal nem superávit na balança de pagamentos. Já a MP 443/08 foi criticada por não ter um prazo de validade e por expor as instituições bancárias federais a conflitos de interesses.

Samba da Esperança narra a história de Sergipe e do Brasil

A Academia de Artes Cênicas do Centro de Formação Luz e Vida, de Sergipe, apresentou ontem no Senado o espetáculo *Samba da Esperança*, que narra a trajetória da companhia e a história de Sergipe e do Brasil. O padre Humberto Leeb, missionário austríaco, iniciou em 1997 na região de Porto do Mato (SE) uma série de projetos

com o objetivo de educar os filhos de agricultores e pescadores da região. Antes de Brasília, a companhia apresentou-se na Áustria e na Alemanha. A ideia da exibição no Senado, de acordo com o padre Leeb, é sensibilizar os parlamentares para as possibilidades de ascensão dos que vivem em situação de miséria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Alvaro Dias • Mão Santa • Paulo Paim • César Borges

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro quer prioridade ao transporte público

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o ministro das Cidades, Márcio Fortes, afirmou ontem que o transporte coletivo nas grandes cidades deve ter prioridade em investimentos públicos. Para evitar a poluição e os engarrafamentos, esse sistema deve substituir o transporte individual, disse o ministro.

– Temos que acabar com o excesso de carros nos centros das cidades, não deve haver garagem central; as garagens devem ser construídas nas

proximidades das estações de integração dos metrô e trens urbanos – declarou Márcio Fortes.

O ministro disse ainda que há expectativas em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade que usará recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em projetos de corredores de ônibus, veículos sobre trilhos e metrô.

No debate, proposto por Eduardo Azeredo (PSDB-MG),

os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Cícero Lucena (PSDB-PB), João Tenório (PSDB-AL) e o próprio Azeredo chamaram atenção para a necessidade de aumentar os investimentos no setor também para enfrentar os efeitos da crise econômica internacional.

João Tenório elogiou a ação positiva do ministro Márcio Fortes no estado de Alagoas, independentemente da filiação partidária do governador, Teotônio Vilela (PSDB).



Azeredo (E) e Fortes, na audiência da Comissão de Infra-Estrutura

CAE aprova suspensão de pagamento de dívidas de Santa Catarina, operações de crédito externo e mudança de regras sobre adimplência

Segue a Plenário suspensão das dívidas de SC

O projeto de resolução que suspende temporariamente o pagamento das dívidas do estado e de municípios de Santa Catarina – atingidos pelas recentes cheias – com a União recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos. O texto, de autoria do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), será enviado agora ao Plenário.

De acordo com a proposta (PRS 64/08), a suspensão terá duração de 180 dias, “prorrogáveis por igual período mediante deliberação do Senado Federal”. Segundo Raimundo Colombo, a medida visa liberar mais recursos “neste momento de calamidade por que passa o estado de Santa Catarina”.

A matéria foi apresentada sob a forma de projeto de resolução porque, conforme explica o senador na proposta, “a Constituição federal estabelece como competência privativa do Senado Federal o acompanhamento das dívidas estaduais e municipais renegociadas com o aval da Casa”.

O relator do texto foi o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ao apresentar seu voto favorável, ele disse que medidas como essa são urgentes, dada a situação de Santa Catarina, e que estava atendendo aos apelos dos três senadores que representam o estado – o próprio Raimundo Colombo, Ideli Salvatti (PT) e Neuto de Conto (PMDB).

Mega-Sena

A comissão discutiu ainda outra proposição de Raimundo Colombo: o PLS 461/08, que prevê a realização de um concurso especial da Mega-Sena cuja arrecadação será destinada às vítimas das enchentes em Santa Catarina. No entanto, o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), declarou que não poderia haver decisão sobre a matéria naquele momento, pois não havia quórum para uma votação nominal – exigência para propostas que recebem decisão terminativa nas comissões, como é o caso do PLS 461/08. Mercadante informou que a proposição estará na pauta da próxima reunião da CAE.

Mais facilidade para estados e municípios obterem recursos

COM O OBJETIVO de facilitar as operações de empréstimos para estados e municípios, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Resolução 66/08. Essa proposta restringe a análise de adimplência à administração direta – excluindo da avaliação a administração indireta –, quando o objetivo for autorizar ou não esse tipo de operação.

Dessa forma, a medida altera as regras sobre o assunto (previstas em resoluções do próprio Senado), pois atualmente basta que um dos órgãos da administração indireta, como uma fundação ou uma empresa pública, apresente débito não pago para que o respectivo estado ou município – isto é, a administração direta – seja considerado inadimplente e, portanto, impossibilitado de contratar uma operação de

crédito. A matéria, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), será enviada agora ao Plenário do Senado.

Argumentos

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), defenderam a aprovação da matéria. Mercadante disse que o projeto resulta de um entendimento no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e é muito importante para o financiamento dos estados. Jucá afirmou que a proposição resolve definitivamente uma questão cuja solução vinha sendo adiada.

Ao reiterar os argumentos apresentados por Azeredo no texto da proposta, Jucá frisou que a junção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da administração direta com

o da administração indireta, conforme ordenam as regras atuais, resulta inevitavelmente na indicação de inadimplência, pois sempre há uma instituição da administração indireta com algum tipo de problema.

– Faz alguns anos que estamos renovando, por meio de resoluções do Senado, o prazo de validade para junção dos CNPJs. Com a proposta de Azeredo, que desmembra a análise de adimplência separando a administração direta da indireta, isso será resolvido definitivamente – disse Romero Jucá.

O texto de Eduardo Azeredo foi apresentado sob a forma de projeto de resolução porque, conforme ele próprio explica, a Constituição atribui ao Senado competência exclusiva para definir condições de adimplência financeira para operações de crédito.



Aloizio Mercadante (E) preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que foram votadas diversas matérias

Stephanes anuncia R\$ 2 bilhões para cooperativas

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, afirmou que o governo vai liberar R\$ 2 bilhões para as cooperativas agrícolas, com o objetivo de estimular a etapa de comercialização. Ele informou que os recursos estarão disponíveis até o início do próximo ano. A afirmação ocorreu após audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos da crise econômica mundial sobre o setor agrícola.

– Será uma terceira linha de

financiamento, pois o governo já anunciou uma linha para as cooperativas de crédito e outra para as cooperativas no que se refere à produção – ressaltou.

Durante a audiência, o ministro admitiu que há dificuldades para que o crédito “chegue efetivamente às mãos dos produtores rurais”, tanto devido a problemas burocráticos como pela “aversão ao risco” por parte dos bancos privados.

Osmar Dias (PDT-PR) destacou que “o crédito do Banco do Brasil e do BNDES está chegan-

do, mas o dos bancos privados não está”.

Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) implemente um programa de compra de estoques de alimentos. A iniciativa, disse, contribuiria para a segurança alimentar em âmbito mundial e ajudaria a interromper a queda dos preços das commodities. Ele lembrou que a queda nos preços dos alimentos atinge principalmente os países em desenvolvimento.

Empréstimo externo para Belém do Pará

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou na reunião de ontem parecer favorável a duas operações de crédito externo a serem realizadas com garantia do governo federal. A primeira delas (Mensagem 275/08) autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) a obter empréstimo de 13,2 milhões de euros para financiar o Projeto do Complexo São Bernardo. A segunda (Mensagem 276/08) permite à prefeitura de Belém contratar operação no valor de US\$ 68,7 milhões, para financiar programa de saneamento.

A operação de crédito a ser contratada pela Eletrobrás junto à instituição financeira pública alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau financiará parcialmente o Projeto do Complexo São Bernardo, que consiste na construção de quatro pequenas centrais hidrelétricas no estado de Santa Catarina. A previsão é de que o desembolso ocorra em oito parcelas semestrais até dezembro de 2012, segundo relatório apresentado pelo relator *ad hoc* da mensagem, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Saneamento

Por meio de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a prefeitura de Belém poderá financiar parcialmente o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova, terceira maior bacia hidrográfica da cidade. O programa destina-se a melhorar as condições ambientais, de saúde, moradia e lazer da população local, segundo relatório elaborado pela relatora da mensagem, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Além dos recursos que virão do BID, a prefeitura entrará com uma contrapartida de US\$ 68,7 milhões. O desembolso do empréstimo ocorrerá no prazo de até 60 meses.

Senadores comemoram os 25 anos do Diap

Durante homenagem aos 25 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), ontem, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a instituição já se tornou parceira permanente na conquista dos direitos dos trabalhadores. A homenagem foi requerida pelo senador, que compôs a Mesa com o vice-presidente do Diap, José Gabriel Teixeira dos Santos, representando o presi-

dente do departamento, Celso Napolitano; o diretor-técnico, Ulisses Riedel; e o líder da executiva do Diap, Antônio Queiroz.

Na ocasião, Paim lembrou o surgimento do departamento, que hoje reúne 900 entidades sindicais de trabalhadores distribuídas em todas as unidades da Federação, 90 delas somente em Brasília. A atuação do Diap foi elogiada ainda pelos senadores

Alvaro Dias (PSDB-PR), Mão Santa (PMDB-PI), Romeu Tuma (PTB-SP), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Heráclito Fortes (DEM-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Nery (PSOL-PA), Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), João Pedro (PT-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).



Paim (D) destaca atuação do departamento em defesa dos trabalhadores



Efraim Morais defende Cássio Cunha Lima, cujo mandato foi cassado

Efraim: processo contra governador da PB é irregular

Efraim Morais (DEM-PB) disse que a cassação de mandato não pode resultar de um processo irregular e incongruente.

– Por isso, hoje venho aqui defender o governador Cássio Cunha Lima, da Paraíba, ameaçado de perder seu mandato, obtido por ampla maioria. Se cassarem o governador, estarão punindo um homem que dedicou toda a sua vida ao povo da Paraíba e, principalmente, cassando o direito do povo paraibano de escolher livremente os seus dirigentes – protestou o senador.

Efraim Morais terminou reafirmando sua confiança na responsabilidade dos tribunais superiores, porque a Paraíba e seu povo merecem justiça.

Conselho inocenta Mesquita Júnior e arquiva processo

Acusado de reter parte do salário dos funcionários de seu gabinete, senador afirma que “não teria coragem de andar pela Casa se tivesse praticado tais atos”

O SENADOR GERALDO Mesquita Júnior (PMDB-AC) foi inocentado ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da acusação de que retinha 40% do salário dos funcionários de seu gabinete. Os integrantes do conselho aprovaram por unanimidade o relatório de Demostenes Torres (DEM-GO), que considerou improcedente a denúncia e determinou o arquivamento do processo.

A representação foi apresentada pela então senadora Heloísa Helena, líder do PSOL, partido de Mesquita à época. Ela pedia esclarecimentos com relação à notícia com as denúncias publicadas no *Jornal do Brasil*, em outubro de 2005. Demostenes afirmou não haver indícios da prática por parte de Mesquita Júnior e disse que análise das contas bancárias do senador não mostrou depósitos em seu favor compatíveis com a acusação. A investigação demonstrou o contrário, observou o relator,



Ao lado de Tuma (E), Demostenes apresenta relatório: “denúncia é improcedente”

já que Mesquita Júnior fazia repasses constantes aos escritórios que mantém no Acre.

– A denúncia é absolutamente improcedente – relatou.

Segundo Mesquita Júnior, as denúncias tiveram motivação política. Ele informou que pediu ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), que fosse feita investigação a fundo sobre as denúncias e também para se descobrir a origem das acusações, se necessário, com a interferência da Polícia Federal.

– As denúncias morreram no seu nascedouro por ter reagido e pedido interferência da Polícia

Federal. Não teria coragem de andar pelo Senado se tivesse praticado tais atos – disse.

Wellington Salgado (PMDB-MG) sugeriu que a Casa elabore legislação para proteger as pessoas de notícias que as desmoralizam. Também se pronunciaram em apoio a Mesquita Júnior os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS), Heráclito Fortes (DEM-PI), Adelmir Santana (DEM-DF), Augusto Botelho (PT-RR), Almeida Lima (PMDB-SE), Renato Casagrande (PSB-ES) e João Vicente Claudino (PTB-PI).



Senador conclama os jovens a se espelharem na coragem do escritor

Para João Pedro, Machado de Assis deve ser exemplo

João Pedro (PT-AM) conclama a juventude a buscar o exemplo do escritor Machado de Assis – a seu ver, um homem que não se curvou diante das dificuldades e deixou uma história de persistência e coragem.

Para o senador, Machado representa mais do que uma referência literária porque sua vida é rica de lições.

– Usando seu talento, Machado louvou a persistência como virtude indispensável para conseguir alcançar mesmo os sonhos impossíveis. Ele soube penetrar a alma humana e fazer perceber, ao seu leitor, não somente os costumes da sociedade, mas também suas fraquezas – destacou.

Rosalba festeja instalação de fábrica de cerâmica

A empresa catarinense Itagres confirmou a instalação de uma fábrica de cerâmica em Mossoró (RN), anunciou Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A expectativa, informou, é a de que a fábrica já esteja produzindo no primeiro semestre do próximo ano. A senadora ressaltou que a luta para levar a Itagres para Mossoró começou no segundo mandato dela como prefeita.

Os últimos detalhes, frisou Rosalba, foram solucionados esta semana, quando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) liberou recursos do Fundo Constitucional do Nordeste para a compra de equipamentos. “Esse foi o primeiro empreendimento financiado pela Sudene depois de recriada”, destacou. Ela disse ainda que a fábrica da Itagres gerará cerca de 3.500 empregos diretos ou indiretos na cidade e deverá funcionar como atrativo para que se instale na região um pólo cerâmico.

Em aparte, Garibaldi Alves (PMDB-RN) observou que as dificuldades só foram superadas após entendimento entre os vários órgãos envolvidos na aprovação do projeto.



José Cruz

Sudene financiou empreendimento no Rio Grande do Norte, diz Rosalba

Tuma homenageia Polícia Militar de São Paulo

A Polícia Militar de São Paulo, que completará 177 anos no próximo domingo, foi homenageada por Romeu Tuma (PTB-SP). O senador disse que a PM-SP tem tantos méritos, tradição e experiência, que poderia ufanar-se do refrão “não tem nada neste mundo que eu não saiba demais”, trecho de uma música de Raul Seixas.

Tuma salientou que a PM paulista é a maior do Brasil, com efetivo de cerca de 90 mil integrantes. Seu atual comandante, informou, é o coronel Roberto Antônio Diniz. Ele também elogiou a Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo, que qualificou como exemplar.

O senador ressaltou ainda a coragem da peirita civil Fátima Freire ao denunciar o assédio à sua filha de 12 anos por um suposto pedófilo por meio do site Orkut. A menina teria sido chantageada pelo terceiro-sargento da reserva da Marinha Francisco Luís Dias, preso após ter o computador rastreado por policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) do Rio de Janeiro.

Tuma afirmou que um projeto seu que tramita há quase um ano no Senado, sobre o aproveitamento das reservistas do serviço militar feminino pelas polícias militares de outros estados, foi “copiado” pelo governo.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) frisou que “o governo já se acostumou tanto a legislar por MPs, que não custa nada pegar um projeto de um senador, mexer um pouco nas vírgulas e apresentar como se fosse seu”.

Jayme Campos saúda TV digital em Cuiabá

A entrada em operação da TV digital Centro América, localizada no estado de Mato Grosso e afiliada à Rede Globo de Televisão, foi enaltecida ontem pelo senador Jayme Campos (DEM-MT). Ele disse que, com a iniciativa, Cuiabá passa a ter uma TV de qualidade, aliada à interatividade.

– Cumprimento o Ministério das Comunicações pela decisão de levar a Mato Grosso a TV digital, bem como à Rede Mato-Grossense de Televisão (RMT), proprietária da TV Centro América, pela coragem e determinação de levar à população de Cuiabá a mais alta tecnologia de som e imagem – salientou Jayme Campos.



Capital de Mato Grosso passa a ter TV de qualidade, afirma Jayme Campos

Augusto Botelho registra prêmio a escola de Roraima

A premiação da Escola Municipal Amazona de Oliveira, de Boa Vista, na nona edição do prêmio nacional de Gestão Escolar foi lembrada ontem pelo senador Augusto Botelho (PT-RR).

– É com orgulho que venho a esta tribuna dizer que os professores e diretores da escola Amazona de Oliveira estão de parabéns – comemorou.

O senador por Roraima, que também é médico, homenageou ainda o Dia do Cirurgião Plástico, comemorado em 8 de dezembro. Ele aproveitou a oportunidade para saudar todos os profissionais na figura do médico Moisés Wolfeson, autor do livro *Um século de cirurgia plástica no Brasil*.



Augusto Botelho homenageou também os cirurgiões plásticos